



# Interface entre poder público municipal e universidade: o caso das ações de extensão universitária da UFRB na área ambiental

Fabiane Correia da Cunha  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB  
fabiane\_correia@hotmail.com

## RESUMO

A pesquisa investigou os fatores limitantes e potencializadores das relações entre a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e órgãos do poder público local no âmbito dos projetos e programas de extensão universitária na área ambiental vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX). Para tanto, optou-se por realizar uma pesquisa do tipo exploratória, utilizando-se de uma abordagem qualitativa implementada a partir do estudo de caso, além da realização de entrevistas semiestruturada com os principais sujeitos envolvidos. Os resultados obtidos demonstraram que a relação/articulação entre a instância da UFRB, materializada nos projetos e programas de extensão e órgãos do poder público local, ocasiona, dentre os fatores potencializadores: a propagação das atividades e a inclusão de temas ambientais considerados urgentes para os municípios; e dentre os limitantes: a resistência e ausência de comprometimento em firmar vínculos e o entendimento superficial sobre as verdadeiras finalidades dos projetos e programas.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Meio Ambiente. Poder Público. Universidade.

## ABSTRACT

The research investigated the limiting factors and the forces of separation between the Federal University of the Recôncavo of Bahia (UFRB) and the local public power in the scope of projects and programs of university extension in the environmental area linked to the Institutional Program of University Extension Scholarships (PIBEX). In order to do so, it was decided to carry out an exploratory research, using a qualitative approach implemented from the case study, in addition to conducting semi-structured interviews with the main concerns involved. The results obtained demonstrated a relationship/articulation between an instance of UFRB, materialized in the projects and programs of extension and power of the public power and the occasional series of potentiated events - the propagation of activities and inclusion of urgent environmental themes for the municipalities; and the limiting ones - the resistance and the absence of commitment in establishing bonds and the superficial and definitive understanding of the projects and programs.

**Keywords:** University Extension. Environment. Public Power. University.

# INTRODUÇÃO

A relação do ser humano com o meio ambiente, desde os primórdios da humanidade, sempre ocorreu de forma direta e natural, mas, no entanto, tem sofrido diversas transformações com o passar dos anos. Num primeiro momento, o indivíduo se aproximava da natureza para retirar desta apenas o essencial para a sua sobrevivência. Com o passar do tempo, passou a explorá-la de acordo com as suas necessidades, não levando em consideração a possibilidade de exauri-la, contribuindo, desta forma, para a instalação de crise ambiental, em decorrência do modelo de desenvolvimento vigente, no qual impera a lógica da produção para o mercado (SILVA, 2015).

De acordo com Lima (2002), a sociedade vive uma crise ambiental, caracterizada principalmente pela industrialização desenfreada, rápido crescimento populacional nos centros urbanos, consumo predatório de bens e serviços e atividades agrícolas e extrativistas que põe em risco não apenas os recursos naturais mas também a qualidade da vida humana no planeta. Sob o ponto de vista da condição ambiental, isso requer medidas urgentes que perpassem por, pelo menos, três eixos fundamentais: ações de conscientização social, medidas científicas e tecnológicas limpas e políticas públicas eficientes e eficazes.

Esse cenário tem permitido que a temática ambiental integre o rol de discussões da era atual, e cada vez mais se torna visível a preocupação de diferentes segmentos da sociedade, como movimentos sociais, pesquisadores, organizações não governamentais, poder público e da própria universidade em relação aos impactos provocados pelo ser humano nos ecossistemas naturais (FRANÇA; RUARO, 2009).

Carvalho (2015) enfatiza que a preocupação com o meio ambiente vem estimulando novos estudos, pesquisas e debates sobre a matéria. Tais discussões procuram envolver os vários sujeitos sociais, inclusive as administrações públicas municipais, no processo de corresponsabilização entre sociedade e poder público para a proteção da natureza e para o desenvolvimento de um modelo de gestão que assegure a manutenção e a preservação desse bem.

O município integra a federação brasileira, conforme Arts. 1º e 18 da Constituição Federal [...], e possui autonomia político administrativa e financeira. Como ente da federação, o município tem crescido enormemente em importância tanto na oferta direta de bens e serviços públicos, quanto na promoção da cidadania, aperfeiçoando e acentuando as diferentes práticas de participação da sociedade na administração pública. Além desta dimensão política, o município tem também ocupado papel de destaque na promoção do desenvolvimento econômico e social das regiões, especialmente mediante a assunção de diferentes formas organizacionais, com ênfase para a formação de convênios, consórcios, programas, entre outras formas de atuação com forte orientação sistêmica (KLERING, et. al., 2011, p. 32).

As questões ambientais que a administração pública municipal precisa conhecer e intervir envolvem as necessidades existentes nos ecossistemas e no local de sua responsabilidade. Para tanto, existem políticas ambientais que orientam essa intervenção, envolvendo elementos como promoção da educação ambiental, planejamento da matriz energética, controle dos tipos de poluição, gerenciamento das licenças ambientais, controle dos impactos ambientais e das consequências econômicas desses para o município. No entanto, é interessante que o poder público disponha de profissionais capacitados e, de certa forma, sensibilizados com tudo o que diz respeito à busca pelo desenvolvimento sustentável. Além disso, é preciso que os cidadãos sejam sempre considerados quando abordagens como estas são tratadas no âmbito de um governo local, uma vez que as ações que daí surgirão beneficiarão a todos os municípios (SCHNEIDER, 2009).

Tendo em vista o contexto da crise ambiental que é vivenciado atualmente, na qual o ser humano extrapolou todos os limites para manter a sustentabilidade da vida na terra, nota-se a necessidade de que a presente temática seja discutida não apenas na esfera da administração pública municipal e da sociedade em geral, acerca da complexidade da interação ser humano-natureza, mas também no âmbito das universidades para que ocorra uma mudança de percepção nos futuros profissionais que essas formarão. Ressalta-se que a crise ambiental é um dos grandes desafios da sociedade contemporânea, mas somente soluções técnicas não são suficientes para solucionar o problema, pois, de acordo com Guimarães e Tomazello (2003), é preciso criar alternativas nas bases educacionais que promovam mudanças de hábitos, valores e atitudes.

Para Oliveira (2009), a universidade assume lugar de destaque na sociedade enquanto promotora do conhecimento e formadora de consciências individuais e coletivas. Assim como assume lugar importante na responsabilidade socioambiental frente à crise ambiental, principalmente quando lança mão de alguns mecanismos de sensibilização, como, por exemplo, participação e socialização dos conhecimentos produzidos para preservação da natureza. Como berço do saber, a instituição não pode mitigar a obrigação de pesquisar, debater, construir e difundir o conhecimento que produz. Assim, a universidade aparece muitas vezes integrada à realidade social de tal modo que a população pode se ver envolvida nas suas ações, seja na interação em projetos ou até mesmo em programas.

O papel primordial da universidade é a de gerar e difundir conhecimentos e saberes. Enquanto organismo socialmente constituído e determinado, tem refletido historicamente o quadro social de sua época e incorporado em suas agendas a temática fornecida pela sociedade onde se encontra inserida, abrigo em si os germes das contradições geradas na e pela própria sociedade, no confronto entre as diferentes perspectivas e interesses que permeiam o todo social (SANTOS, 2010, p. 11).

A partir dessa conjuntura, acredita-se que, através do eixo extensionista, a universidade lança mão do caráter prático, ativo e dinâmico nos debates e ações sustentáveis por parte da comunidade acadêmica, agindo em conjunto com a sociedade em geral.

Como atividade acadêmica, a extensão diferencia-se das demais por constituir um processo metodológico o qual pergunta pela importância social do ensino e que busca, por meio da pesquisa, referências objetivas para os problemas reais que envolvem a sociedade (SANTOS, 2010). Diante disso, a palavra "extensão" implica em estender-se, levar algo a algum lugar ou até alguém (FREIRE, 1982).

Para Oliveira (2009, p. 112), a extensão universitária é entendida nos dias atuais como:

um espaço privilegiado para viabilizar a interação do social e do institucional, em variadas e amplas dimensões, a fim de difundir e construir novos conhecimentos, frutos da intensa reflexão provocada sobre paradigmas atuais. A extensão, hoje, articula um processo educativo, cultural e científico, ao lado do ensino e da pesquisa, gerado pelas possibilidades e pela força articuladora que está na natureza das ações nascidas das relações sociais e comunitárias.

Logo, pode-se dizer que a extensão universitária é, na realidade, uma forma de interação que deve existir entre a universidade e a comunidade na qual está inserida. Ou seja, é uma espécie de ponte permanente entre universidade e os diversos setores da sociedade (SANTOS, 2010).

O papel da educação superior nas discussões sobre meio ambiente, no contexto da extensão universitária, vai muito além da relação ensino-aprendizagem interiorizada em salas de aula, ele avança no sentido de projetos e/ou programas extraclasse, envolvendo a população como espaço de formação para a comunidade local. As oportunidades para se trabalhar a temática na universidade envolvem: práticas concretas de ações de sustentabilidade que podem se resumir, dentre outras coisas, em projetos de extensão processual e contínuo de caráter educativo, social, científico ou cultural com objetivo específico e pré-determinado – podem ser práticas vinculadas a programas específicos da instituição; podem ser simplesmente projetos isolados; e ainda surgir em formato de cursos e eventos frequentes (LARA, 2012).

O presente trabalho parte do reconhecimento da importância dos projetos e programas de extensão universitária da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a sua contribuição para o desenvolvimento local, bem como a colaboração do poder público local como possível parceiro dessas ações. Para tanto, tem-se como objetivo geral investigar os fatores limitantes e potencializadores das relações entre a UFRB e órgãos do poder público local no âmbito dos projetos e programas de extensão universitária, na área ambiental, vinculados ao Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX).

O PIBEX é uma ação da Universidade protagonizado pela Pró-Reitoria de Extensão, cujo núcleo é responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e avaliação da extensão universitária. O Programa foi criado em 2009, com o objetivo de conceder bolsas a discentes regularmente matriculados nos mais variados cursos de graduação, vinculados a um projeto ou programa de extensão, orientados por um docente do quadro efetivo. Ao longo de sua criação, o PIBEX já concedeu centenas de bolsas de extensão por ano, abrindo oportunidades também para que os alunos participem das ações como extensionistas voluntários. Ressalta-se que, das oito linhas temáticas abarcadas pelo PIBEX definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho), os projetos e programas selecionados para esta pesquisa partiram da área de Meio Ambiente.

Os objetivos do PIBEX, destacados na Resolução nº 009/2012 e, mais tarde na Resolução nº 006/2016 (ambas dispõem sobre o regulamento para o Programa), apresentam conexão com os propósitos da extensão universitária em toda a UFRB, tal como apresentados abaixo:

I) Viabilizar a participação de alunos no processo de interação entre a universidade e a sociedade através de atividades acadêmicas que contribuam para sua formação profissional e para o exercício da cidadania; II) Incentivar os processos educativos, culturais, científicos e tecnológicos como forma de aprendizagem da atividade extensionista, articulados com o ensino e a pesquisa de forma indissociável e que viabilizem a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, contribuindo de forma qualitativa para a inclusão social; III) Fomentar o interesse por extensão universitária e incentivar novos talentos potenciais de estudantes de graduação, assim como contribuir para a formação e a qualificação de cidadãos socialmente comprometidos (UFRB, 2016, p. 1-2).

Para percorrer um caminho que possibilitasse encontrar respostas para o objetivo pretendido, optou-se por realizar uma pesquisa do tipo exploratória, utilizando-se de uma abordagem qualitativa, implementada a partir do estudo de caso. Na primeira etapa, realizou-se uma análise documental nos instrumentos normativos que disciplinam as atividades de extensão no seio do PIBEX. Além disso, foram coletados dados na Pró-Reitoria de Extensão referentes aos relatórios entregues pelos bolsistas e orientadores.

Por conseguinte, partiu-se para a pesquisa de campo, a qual possibilitou a realização de entrevistas semiestruturadas com os bolsistas e com os docentes que os orientaram nas atividades extensionistas. Essa fase também se estendeu aos gestores do poder público local em que os projetos e programas de extensão universitária foram desenvolvidos.

Diante do exposto, reitera-se a importância da discussão da temática ambiental no contexto do poder público municipal como forma de criar ações condizentes com as especificidades da sociedade local em relação ao trato das

questões ambientais. Além disso, acredita-se que a temática deva perpassar também pelas instituições de educação superior, já que essas têm o papel de abrir novos horizontes no âmbito social, principalmente através da extensão, que é o meio pelo qual a universidade desenvolve ações na relação com a sociedade com o intuito de impactar diretamente no desenvolvimento socioeconômico, cultural e local desta. Atenta-se, portanto, à recomendação para a ação conjunta dessas duas instâncias perante a presente matéria.

## METODOLOGIA

O trabalho que aqui se apresenta foi executado entre os meses de outubro e dezembro de 2018, e é decorrente da pesquisa de mestrado realizada pelos presentes autores, sendo defendida e aprovada em fevereiro de 2019.

Para o desenvolvimento da pesquisa, delimitou-se como local de estudo exploratório a UFRB, em específico a Pró-Reitoria de Extensão – órgão vinculado diretamente a Reitoria, cuja finalidade é planejar, coordenar, supervisionar e avaliar a extensão universitária, sendo responsável, portanto, pela proposição da política de extensão nessa instituição de ensino, conforme o que consta no seu site institucional (UFRB, 2018).

Nesta perspectiva, para o estabelecimento da extensão universitária, várias ações articuladas e concomitantes são empreendidas. Normas e incentivos têm sido criados para desenvolver um ambiente de motivação, por exemplo, a obrigatoriedade da ação extensionista nos currículos dos cursos de graduação, a valorização das atividades de extensão para progressão dos professores e a criação do PIBEX (UFRB, 2009).

Conforme o disposto no Decreto nº 7.416/2010, que regulamenta os artigos 10 e 12 da Lei nº 12.155/2009 os quais tratam da concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividade de ensino e extensão universitária em nível nacional, no seio da UFRB, a regulamentação da atividade extensionista no contexto do PIBEX ocorreu somente em 2012, através da Resolução do Conselho Acadêmico (CONAC) nº 009/2012. Porém, as primeiras bolsas de extensão foram concedidas em 2009. Em virtude disso, o marco temporal da pesquisa se iniciou em 2009 (ano que marca a criação do Programa) e finalizou-se em 2017 (pois os relatórios disponibilizados para análise na Pró-Reitoria de Extensão foram datados até esse ano). Em suma, o período eleito para análise dos projetos e programas submetidos ao PIBEX compreende os anos de 2009 a 2017.

Tendo em vista a presença dos sete Centros de Ensino da UFRB<sup>1</sup>, sele-

---

<sup>1</sup> Atualmente a UFRB oferta cursos de graduação e pós-graduação (Lato e Stricto Sensu), distribuídos em 6 campus e 7 Centros de Ensino no Estado da Bahia, quais sejam: Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC), ambos situados em Cruz das Almas; Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) em Cachoeira; Centro de Ciências da Saúde (CCS) em Santo Antônio de Jesus; Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS) em Feira de Santana; Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT) em Santo Amaro da Purificação; e Centro de Formação de Professores (CFP) em Amargosa.

cionou-se, para a pesquisa, os projetos e programas submetidos por docentes do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC), ambos situados em Cruz das Almas. Estes foram escolhidos em virtude do tempo de existência, ou seja, por serem os Centros de Ensino mais antigos da instituição e por caracterizarem-se como os mais propensos ao desenvolvimento de atividades na linha ambiental, considerando a presença dos diversos cursos de graduação e pós-graduação nessa área.

Cabe destacar que o PIBEX dá a liberdade para que os docentes submetam os mesmos projetos ou programas em mais de uma edição, não impondo limites para isto. Como o próprio título do trabalho que aqui se apresenta já traz em seu ensejo o intuito de analisar a relação entre universidade e poder público, estudou-se a possibilidade de abarcar na a pesquisa tanto os projetos e programas que mantiveram alguma parceria com a esfera pública no local em que foram desenvolvidos – a fim de apresentar os principais aspectos decorrentes da articulação – quanto aqueles que não mantiveram tal relação – na tentativa de explicitar os motivos pelos quais impossibilitaram-na.

Tomando essas informações como horizonte, foram catalogados na Pró-Reitoria de Extensão da UFRB, ao todo, 42 projetos e/ou programas na área temática de Meio Ambiente. Para a pesquisa, selecionou-se 4 ações desse tipo, ou seja, 2 projetos (coordenados por docentes do CCAAB) que mantiveram relação com o poder público local, sendo escolhidos para integrar o estudo de forma intencional. Selecionou-se ainda, dentro desse universo (definidos por sorteio de forma aleatória entre os 40 restantes), mais 2 ações (1 projeto e 1 programa coordenados por docentes do CETEC) cuja execução não apresentou envolvimento com o poder público local.

Portanto, os projetos selecionados deveriam atender a quatro critérios: 1) ter acontecido no período de 2009 a 2017; 2) ser representativo da área temática de Meio Ambiente; 3) partir dos Centros de Ensino do CCAAB e do CETEC; 4) e que já estivessem finalizados.

Em razão dessa delimitação e para alcançar os objetivos propostos, a amostra elegível também foi intencional, ou seja, composta por 4 docentes (orientadores(as)) e 4 discentes (bolsistas de extensão), como sujeitos da pesquisa que compuseram os projetos e programas selecionados. Os demais integrantes da pesquisa foram os(as) gestores(as) do poder público – distribuídos nos municípios em que os projetos e programas foram desenvolvidos. Deste modo, as entrevistas semiestruturadas, com tais sujeitos, foram organizadas e realizadas da seguinte forma:

- As entrevistas semiestruturadas com os(as) orientadores(as) dos projetos e programa ocorreram entre os meses de outubro e novembro de 2018, conforme definição, local e horário estabelecido, e na presença exclusiva desses. Preliminarmente, encaminhou-se, via e-mail, o convite para a participação dos orientadores(as) como voluntários(as) da pesquisa;
- Para os(as) bolsistas, as questões com o roteiro da entrevista foram en-



caminhadas por e-mail, entre os meses de outubro e novembro de 2018. Pelo fato de serem egressos, constatou-se que os(as) bolsistas residiam em outras cidades, inclusive em outros Estados do Brasil. Logo, as entrevistadas, através desse canal de comunicações online, apresentou-se como alternativa metodológica mais factível. Salienta-se que a formatação das perguntas presentes nos roteiros das entrevistas foram elaboradas no editor de textos do Microsoft Word, por este ser o mais flexível possível, permitindo que os(as) participantes tivessem total liberdade nas respostas aos questionamentos ali contemplados;

- Já as entrevistas com os(as) gestores(as) do poder público, ocorreram entre os meses de outubro e dezembro de 2018. O convite foi feito presencialmente nos próprios órgãos. Posteriormente, tais gestores(as) definiram a data, o local e o horário em que a pesquisadora poderia comparecer para a entrevista.

Cabe lembrar que, na fase da realização de todas as entrevistas presenciais, recorreu-se ao gravador, cujo objetivo foi garantir a fidedignidade das respostas dos(as) entrevistados, e, posteriormente, servir como suporte para a descrição dos resultados da pesquisa.

Ressalta-se que, para cumprir os aspectos éticos da pesquisa, no que se refere a confidencialidade e a identificação dos(as) participantes, houve a omissão dos nomes destes(as), assim como dos títulos dos projetos e programa, os quais foram denominados de Projetos A, B e C, e Programa D.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a transcrição dos registros das entrevistas semiestruturadas e leitura minuciosa dessas, os dados coletados foram organizados em duas categorias, levantadas a partir da recorrência nos registros analisados, sendo elas: 1. Relação entre o poder público local e os projetos/programas de extensão universitária na área ambiental do PIBEX; e 2. Poder público local e a questão ambiental: um olhar a partir dos projetos e programas de extensão universitária na área de meio ambiente da UFRB.

A seguir serão apresentadas as análises de cada categoria separadamente, embora elas estejam intimamente imbricadas. Foram selecionados, em cada categoria, os dizeres dos sujeitos partícipes da pesquisa que mais evidenciaram o avanço analisado.

## Relação entre o poder público local e os projetos/programas de extensão universitária na área ambiental do PIBEX

Os dois projetos de extensão universitária, na linha temática de Meio Ambiente, que contaram com parcerias com o poder público local, foram submetidos por docentes do CCAAB e aprovados na seleção do PIBEX no ano de 2010. Já os outros dois que, neste caso, foi um projeto e um programa de extensão universitária, cujos planos de trabalho não apresentaram parcerias com o poder público local, foram submetidos por docentes do CETEC e aprovados na seleção do PIBEX no ano de 2010 e 2014, respectivamente.

O primeiro projeto do PIBEX selecionado para estudo, que aqui será chamado de Projeto A, teve vigência de um ano. O Projeto foi desenvolvido junto aos professores da rede pública de ensino da Educação Básica de Maragogipe, município pertencente ao Território do Recôncavo da Bahia, tendo como objetivo a construção de um plano de ação, de forma participativa, capaz de comprometer todos os setores locais. Além dos docentes das escolas, o projeto pretendeu incluir o poder público local, representações comunitárias, conselhos gestores, dentre outros, para o enfrentamento dos problemas evidenciados numa reserva extrativista de manguezal, caracterizada como Área de Proteção Permanente (APP), a fim de criar condições necessárias para a sensibilização ambiental e o despertar para alternativas sustentáveis de desenvolvimento das comunidades.

O Projeto B foi o único que possuiu duas edições: uma em 2010 e a outra em 2011. Porém, selecionou-se para a pesquisa a edição de 2010, que apresentou articulações com o poder público local. O projeto tratou sobre a questão do resíduo orgânico na feira livre de Cruz das Almas, a conscientização ambiental da comunidade local e a participação da educação ambiental na gestão e, principalmente, no que diz respeito à produção do lixo, a reciclagem e a minimização dos impactos sobre o ambiente. Na ocasião, todo o resíduo produzido pelos feirantes foram coletados e transformados em compostos orgânicos para serem distribuídos à própria população e doados para a produção de mudas de espécies arbóreas na UFRB.

O Projeto C teve o seu desenvolvimento também no município de Cruz das Almas, e apresentou como principal objetivo o conhecimento acerca da contribuição de uma comunidade localizada na zona rural na dinâmica da poluição das águas de um rio que ficava em seu entorno, decorrente do processo de urbanização e usos múltiplos registrados ao longo dos anos. Para tanto, um programa de educação ambiental foi executado numa escola daquela área com a finalidade de se estabelecer uma base para a efetivação das ações de recuperação da qualidade do rio, e trabalhar a consciência sobre a problemática ambiental evidenciada, levando os indivíduos a adotarem uma postura mais participativa na gestão dos recursos naturais, de forma a se tornarem agentes

multiplicadores.

Já o Programa D tratou sobre a implantação de um programa de educação ambiental em duas escolas da rede pública de Ensino Fundamental, ainda em Cruz das Almas. O objetivo era alertar sobre a problemática da grande produção de lixo pelos seres humanos e estudar conceitos importantes, como reciclagem, coleta seletiva e compostagem, conscientizando alunos e educadores das escolas cadastradas, através de aulas expositivas e práticas, sobre a importância da mudança de hábitos para melhorar as condições ambientais. Todo o resíduo coletado em ambas as escolas foram doados a uma associação de catadores de materiais recicláveis do município.

Importante destacar que nas análises dos relatórios parciais e finais, catalogados na Pró-Reitoria de Extensão, foi possível perceber que a concepção de extensão universitária, no âmbito dos projetos e do programa, estavam atreladas principalmente ao caráter formativo dos bolsistas, bem como na troca de saberes e experiências entre os extensionistas e a comunidade integrante das ações. Além disso, identificou-se que, de certa forma, o intuito das ações também se direcionavam para o desenvolvimento local, no instante em que temas importantes estavam sendo tratados nos municípios.

Diante das características das ações de extensão apresentadas, notou-se que a maioria dessas foram desenvolvidas em escolas. Fato que pôde ser notado também em grande parte das propostas catalogadas na Pró-Reitoria de Extensão da UFRB. Embora o foco de análise fosse o campo ambiental, evidenciou-se que não apenas os projetos e programas da área de meio ambiente tiveram essa característica, mas também diversas outras linhas temáticas do PIBEX como, por exemplo, a de Educação.

Vale ressaltar que as ações desenvolvidas no âmbito do PIBEX se estenderam aos professores por meio de capacitações, aos alunos à comunidade local. Assim, estabelece-se as novas relações da universidade com a sociedade, que agora passa a exercer seu compromisso perante às demandas sociais, entre eles a aproximação com a educação pública.

Sobre parcerias estabelecidas entre o poder público local e os projetos e programa de extensão, apenas dois destes contaram com algum tipo de articulação ao nível local, especialmente com Secretarias Municipais ligadas as Prefeituras de onde as ações foram desenvolvidas. Os demais não estabeleceram, nos seus planos de trabalho e nem durante o decorrer das atividades, nenhuma relação desse tipo.

No Projeto A, por exemplo, foi firmada uma articulação com a Secretaria Municipal de Educação, visando uma espécie de autorização (através de uma carta) para que as atividades fossem executadas junto aos professores nas escolas cadastradas. Desta forma, constantemente, ocorriam visitas às instituições de ensino e à própria Secretaria para verificar e informar os docentes e gestores sobre o andamento do projeto, bem como apresentar os relatórios das ações. Os demais avisos eram enviados, por e-mail, ao gestor responsável pelo órgão público e aos diretores dos estabelecimentos escolares.

As atividades do Projeto B precisaram ser subsidiadas pela Secretaria

Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para facilitar a aproximação com os feirantes e colaborar com os demais trâmites. A articulação com esse órgão foi pensada, sobretudo, em virtude do caráter extensionista do projeto e com o intuito de atender a demanda da população local, que se incomodava com o descarte inadequado dos resíduos. Após uma série de reuniões com os gestores lotados na Secretaria, houve a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica, no qual se cogitou o apoio na logística e matérias-primas para auxiliar na execução das atividades.

Orientador(a) do Projeto B: Nós, inicialmente, antes de iniciar o Projeto, levamos para os gestores da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente ver se queriam participar. Na realidade, o Projeto era pra ter sido feito em 4 ou 5 prefeituras do Recôncavo. A gente não conseguiu ter o apoio, porque precisava de um carro, e a Universidade não tinha [...]. Então a gente resolveu fazer só com a de Cruz das Almas pra tentar facilitar, porque a gente ia coletar lixo, e pra ficar mais fácil pra trazer pra Universidade.

Bolsista do Projeto B: Como o projeto tinha uma interação direta com a feira livre de Cruz das Almas, propondo uma nova estratégia para a gestão e aproveitamento dos resíduos orgânicos, estabelecer uma parceria com a gestão pública local foi fundamental. Diante também da necessidade que existia para viabilizar a coleta e transporte dos resíduos, já que o Projeto tinha recursos só para a bolsa do estudante e não garantia nenhuma etapa de logística nem estrutura do Projeto. Assim, nos aproximamos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, solicitamos algumas reuniões e apresentamos o Projeto.

Como pode-se notar até o momento, a iniciativa para requerer algum tipo de apoio do poder público local em ambos os casos anteriores, partiu dos(as) orientadores(as) dos projetos. O que chama à atenção são os instrumentos utilizados para solicitar essa demanda (Carta de Autorização e Termo de Cooperação Técnica) antes mesmo de colocar em prática as atividades. No mais, evidencia-se que as reuniões iniciais foram de fundamental importância para que todas as informações referentes aos projetos fossem transmitidas para os(as) gestores(as), tanto que esses(as) assinaram os documentos que comprovaram tal entendimento do que estava se requerendo naquele instante.

Quanto aos resultados alcançados por meio da parceria entre os projetos de extensão universitária e o poder público local, as falas indicam que as contribuições ficaram mais condensadas no âmbito do desenvolvimento local dos próprios municípios, gerando também benefícios para a comunidade ao atingir determinadas áreas ambientais que anteriormente não recebiam a atenção devida.

Orientador(a) do Projeto A: Essa experiência de Maragogipe foi a primeira experiência oficial com o selo do Ministério do Meio Ambiente (MMA). E o Ministério delegou essa responsabilidade para a ONG **Instituto BiomaBrasil**, já que foi a

ONG que adaptou e conhece o guia, fez toda adaptação técnica desse material, foi a ONG que conduziu o curso de capacitação com os professores<sup>2</sup>. O curso durou 100 horas, porque teve uma parte presencial com os professores. Os professores ganharam esses exemplares e levaram para suas escolas. Tinham exemplares para as escolas, mas a **equipe do Projeto também acompanhava** esses professores mês a mês para acompanhar a evolução do trabalho deles, tentar mediar problemas e dúvidas. Só pra você ter ideia, depois dessa experiência de Maragogipe, esse guia com o apoio dessa mesma ONG, já fez essa experiência em mais oito municípios ao longo da costa brasileira: na Bahia, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo e também São Paulo. O Ministério preza por esse instrumento para se trabalhar com escolas no entorno de áreas protegidas que tenham manguezais. Então, é algo que continua e essa experiência do PIBEX foi a primeira (grifo nosso).

Bolsista do Projeto A: Ocasionou em uma abordagem inicial com resultados satisfatórios, pois a presença e o envolvimento dos professores com a oficina, durante a Jornada Pedagógica, motivou-os a começar o desenvolvimento dos projetos em suas escolas.

Orientador(a) do Projeto B: A articulação entre o Projeto com o poder público local, permitiu uma maior aproximação com os feirantes, já que o município carecia de atividades daquele tipo, tendo em vista que, até aquele momento, não se tinha identificado nenhum projeto por parte da Prefeitura Municipal parecido com o que o PIBEX estava executando. Foi possível identificar que, graças à parceria, houve um maior engajamento dos feirantes que participavam das ações, e mesmo os que não tinham sido contemplados pelo Projeto, no ato do cadastramento, começaram a se espelhar naqueles que separavam o lixo para compostagem. Além disso, inicialmente, viu-se a sensibilidade dos gestores em colaborar com o Projeto, através do transporte para o carregamento do material coletado na feira-livre.

A Resolução nº 038/2017, que versa sobre as normas que disciplinam as ações de extensão universitária na UFRB, apresenta, como concepções deste termo, a relação da Universidade com os demais setores da sociedade, seja como alternativas de diálogo, interação e até mesmo como forma de atendimento às necessidades e a resolução das problemáticas sociais.

---

2 O Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (IMCBio) é o órgão responsável pela gestão daquela área protegida. Por conta disso, o Projeto precisou ser cadastrado no portal online do Instituto. Além disso, o Ministério do meio Ambiente (MMA) se dispôs a ceder alguns exemplares do guia didático "Os Maravilhosos Manguezais do Brasil" para que a equipe pudesse trabalhar com os professores da rede pública de ensino local. Tal material teria sido elaborado com base em uma experiência americana desenvolvida por uma Organização Não Governamental (ONG), denominada *Mangrove Action Project*, e adaptada à realidade brasileira. Assim, uma ONG brasileira, chamada Instituto BiomaBrasil, responsável pela adaptação do guia didático, e na qual o orientador do Projeto de extensão teria atuado como diretor, foi a responsável pelo processo de capacitação dos professores da rede pública escolar.

Art. 3º [...], considera-se que a Extensão Universitária: I – representa um trabalho em que a relação universidade-professor-estudante-técnicos administrativos-comunidade, torna-se uma possibilidade eficaz de diálogos, intercâmbio, interação, transformação mútua, desafios e complementariedade; II – constitui uma estratégia de comunicação permanente com os demais setores da sociedade, sua problemática e potencialidades; III – é um meio de formar profissionais cidadãos capacitados a responder, antecipar e criar repostas às necessidades da sociedade; IV – favorece a renovação e a ampliação do conceito "sala de aula", que deixa ser o lugar privilegiado para o ato de aprender, adquirindo uma estrutura ágil e dinâmica, caracterizada por uma efetiva aprendizagem recíproca de estudantes, servidores técnicos e docentes e outros segmentos da sociedade, ocorrendo em qualquer espaço e momento, dentro e fora da Universidade (UFRB, 2017, p. 1-2).

Para Santiago (2017), a extensão universitária, ao interagir com outros segmentos da sociedade, cumpre alguns papéis importantes tais como, formativos, de colaboração com o desenvolvimento e de socialização de saberes. Ao mesmo tempo, delega à universidade, em relação aos objetivos da produção do conhecimento, a aproximação e a circulação entre seus efetivos destinatários e o seu compromisso com a transformação da realidade social. Ainda assim, abrange públicos variados, difusos, e para além dos "muros" da universidade, demandando a valorização da dialogicidade e alteridade.

Das principais dificuldades enfrentadas através da relação entre os projetos de extensão universitária e o poder público local, um ponto em comum chama a atenção: ausência de compromisso por parte dos gestores públicos em assumir as responsabilidades perante as ações extensionistas.

Orientador(a) do Projeto A: Por parte da Secretaria Municipal de Educação, ela não parecia estar organizada o suficiente, preparada o suficiente pra acompanhar, pra conduzir. Ela foi informada o tempo todo. Eu mandava mensagens, e relatos, e relatórios do nosso Projeto para os gestores dessa Secretaria, mas sem muito feedback, sem muito retorno.

Bolsista do Projeto A: Na minha opinião, a principal dificuldade foi o lançamento de outros projetos por parte da Secretaria para as escolas participantes, tornando assim o calendário escolar e o tempo dos professores envolvidos sobrecarregados.

Orientador(a) do Projeto B: Durante esse processo, foram surgindo algumas dificuldades, porque a Secretaria tinha outras prioridades com a população local, e a gente não podia ficar esperando por muito tempo, por conta da entrega dos Relatórios. E a Secretaria deixou completamente de dar o apoio logístico necessário para as ações do Projeto seguir em frente. Eu, por exemplo, tive que

comprar o material com o meu dinheiro. Saiu do meu bolso, por falta de compromisso da Secretaria.

Bolsista do Projeto B: A Secretaria da Prefeitura se mostrou sensível ao Projeto, compreendia a necessidade de um novo olhar para a gestão dos resíduos, apoiando inicialmente com a logística dos resíduos coletados nas primeiras semanas, mas não conseguiu firmar seu compromisso na totalidade do Projeto, devido às grandes demandas já existentes no próprio município e à inexistência de uma política pública local para fomentar melhor a reutilização da matéria orgânica perdida nos dias de feira. A maior dificuldade foi a descontinuidade do compromisso com a coleta e com o transporte por parte da Secretaria, que foi o principal gargalo. Já que também era muito complicado articular o transporte através da Universidade.

Em um dos relatos de um(a) participante da pesquisa, fica bem claro que houveram tentativas de aproximar os(as) gestores(as) das atividades dos projetos, ao informá-los sobre o que estava acontecendo, utilizando alguns meios para isso, como o envio de mensagens e relatórios. Já em outros relatos, é possível perceber que algumas prioridades foram postas à frente dos projetos de extensão, o que demonstra ainda mais a desorganização na forma de atuação desses órgãos.

Como o Projeto C e o Programa D não requereram nenhuma forma de articulação com o poder público local, já que, em virtude das próprias características, vê-se que não seria necessário nenhuma contrapartida da esfera pública municipal. Notou-se, durante a entrevista com os(as) orientadores(as), concepções ideológicas semelhantes em relação à possibilidade de submissão de projetos ou programas, na área ambiental, ao PIBEX com uma futura vinculação com órgãos públicos.

Tais orientadores(as), coincidentemente, participaram voluntariamente, anteriormente a essas ações, de um projeto de extensão submetido por um(a) outro(a) docente da UFRB, também de cunho ambiental, porém, num programa diferente do PIBEX. Verificou-se diversos transtornos enfrentados durante as atividades, em decorrência da articulação com o poder público, o que desmotivava constantemente toda a equipe a continuar executando as atividades. Essa experiência se tornou o passaporte inicial para que os orientadores não quisessem mais elaborar projetos ou programas de extensão que firmassem esse tipo de relação.

Orientador(a) do Projeto C: Atualmente, pela experiência que a gente teve, até posterior a esse Projeto, é difícil, pelo menos com as Secretarias que eu entrava em contato. A gente enfrentou dificuldades de relacionamento para elas participarem. Quando a gente solicitava algum material ou mão de obra, ou algum custo, eles não apoiavam. Quando solicitamos só espaço físico, eles ainda cedem. Não só a Prefeitura Municipal de Cruz das Almas, mas a de outros

municípios também, sensibilizam-se com os projetos, mas não querem arcar com os custos, porque acham que a Universidade tem a obrigação de fazer tudo. Como uma das atividades da Universidade é a extensão, a Prefeitura acha que a Universidade tem que fazer tudo e arcar com aquelas obrigações que são da própria Prefeitura. Então, acham que a gente tem mais dinheiro, que os professores tem mais tempo, que os alunos tem mais tempo e que os recursos da Universidade são maiores do que os da Prefeitura. Então, não querem ceder recursos pra gente desenvolver os projetos.

Orientador(a) do Programa D: Uma coisa que eu já percebi é que muda Governo, muda o secretário, aí você tem que começar do zero, né? Não existe um histórico ou nenhuma continuidade lá dos projetos que estão em andamento ou que eles estão apoiando. Aí você tem que chegar e tentar fazer toda essa articulação de novo, de conversar com o secretário pra falar do projeto, pra falar do que está acontecendo e colocar ele a par e dar continuidade. Então, isso é o que eu acho pior de todo o processo. A Prefeitura acha que a Universidade é rica e tem mais dinheiro que eles.

Observando esses depoimentos, depreende-se que há uma confusão acerca dos papéis na relação entre universidade e poder público, que, de maneira geral, coloca esta primeira e as suas ações de extensão universitária apenas na concepção de prestação de serviços. Sobre isso, Santos (2013, p. 26) aponta que:

Importa destacar, entretanto, que a universidade pública não se constitui como uma secretaria de Governo; sabe-se que não é papel dela realizar as funções intrínsecas do poder público. Apesar de se discutir muito sobre o seu desempenho, levando-se em conta esta questão, é importante diferenciar suas atribuições. Um fato interessante, neste contexto, é sua força nas intervenções dos problemas de caráter social, o que a apresenta como parceira do poder público.

Nota-se também que a questão financeira aparece como um dos maiores gargalos quando trata-se do apoio do poder público. Existe a concepção de que a Universidade possui mais recursos que os demais órgãos públicos, e, por isso, deve arcar com todas as questões que envolvem finanças. No entanto, grande parte dos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFRB somente concedem as bolsas aos estudantes de graduação, como é o caso do próprio PIBEX, sendo necessário que os professores busquem apoios externos para viabilizar as atividades. E, em virtude das atividades serem desenvolvidas em beneficiamento dos próprios municípios, recorre-se a algumas organizações locais para se firmar articulações.

De acordo com Ávila e Malheiros (2012), o município, além da decisão política de envolver-se no tema e enfrentar todos os conflitos oriundos da tomada de posição em relação a um tema tão abrangente e complexo como o



meio ambiente, também precisa preparar-se, capacitar-se. Cabe aos gestores públicos estabelecerem parcerias, porque algumas questões ambientais extrapolam as fronteiras de um município e condicionam a eficácia da solução à resolução cooperada do problema. Isto favorece o uso eficiente de recursos públicos e a otimização dos recursos humanos. Ainda assim, é preciso a disponibilização dos recursos necessários, legais, estruturais, operacionais, financeiros, tecnológicos e técnicos, de modo a atender tanto às exigências de uma ação eficiente no trato das questões ambientais, quanto as suas interfaces de cooperação com a sociedade em termos de participação.

É relevante também que haja a continuidade das ações, pois ainda perdura, dentro dos órgãos municipais, o retardamento do processo da administração local, e persistem modelos de administração marcadas pelo individualismo e pela burocracia. As próprias Secretarias Municipais não conversam entre si, processo esse que é consequência das diferenças partidárias que inviabilizam qualquer atuação conjunta e o prosseguimento daquilo que já estava posto como possível contribuição para o desenvolvimento local. As Prefeituras Municipais não fazem os Consórcios Públicos para tratar de determinadas especificidades locais, sem considerar que isso poderia estar acarretando benefícios nas contas públicas e gerando bem-estar aos cidadãos.

Por outro lado, mesmo com os gargalos enfrentados na relação do Projeto com o poder público, o(a) Orientador(a) do Projeto A, afirmou que estaria disposto(a) a submeter novamente ao PIBEX um novo projeto ou programa de extensão universitária cuja articulação contasse com o apoio da esfera pública local, inclusive ele tem participado atualmente de algumas ações em municípios do Recôncavo da Bahia com diálogos nas Prefeituras e Secretarias a fim de firmar um Termo de Cooperação Técnica entre a UFRB e o poder público a partir do rascunho de um projeto.

Já o(a) Orientador(a) do Projeto B esclareceu que, por conta dos entraves oriundos dessa articulação, somente estaria disposto(a) a escrever um novo projeto ou programa de extensão com apoio do poder público local caso tivesse conhecimento sobre referências anteriores acerca dos aspectos profissionais e acadêmicos do gestor responsável pelo órgão público. O(a) Orientador(a) do Projeto B acredita que, caso haja alguma mudança do ponto de vista político dos gestores e o viés do que eles veem como meio ambiente, a construção de ações de extensão iria facilitar ainda mais a aproximação da Universidade com a esfera pública municipal. Inclusive, esse(a) tem sido procurado(a) pelos(as) gestores(as) da mesma Secretaria, a qual se recorreu ao apoio no passado, para o Projeto de extensão, no sentido de elaborar um projeto ambiental de conservação de uma área protegida, mas já deixou claro que a sua função será apenas a de escrever a parte teórica das atividades, ficando o desenvolvimento prático por parte da secretaria.

De todo modo, a participação do poder público local foi considerada por todos(as) os(as) entrevistados(as) como de extrema importância para o desenvolvimentos de projetos ou programas de extensão universitária na área de meio ambiente. A seguir apresenta-se as fala dos(as) bolsistas perante essa

consideração.

Bolsista do Projeto A: Ao enxergar os pontos positivos que resultará da parceria com a Universidade, poderia abrir espaço em eventos para atividades do Projeto, auxiliar com material ou pessoal para o desenvolvimento das atividades e oferecer incentivos às pessoas envolvidas para participarem do Programa.

Bolsista do Projeto C: Por intermédio de uma parceria comprometida com o desenvolvimento local que, de certa forma, contribuiria para fomentar o crescimento socioeconômico e sustentável. A população teria a oportunidade de obter uma resposta por parte da UFRB para sanar alguma questão social, sem contar que a instituição possui em seu quadro professores pesquisadores de um alto nível de conhecimento capaz de oferecer para a sociedade diversas alternativas de soluções de problemas sociais.

Bolsista do Programa D: O poder público local tem tudo para obter resultados positivos: investindo, divulgando, exigindo encontros de forma que possa abranger mais ainda a população.

Interpretando o conteúdo das falas, infere-se que os(as) gestores(as) públicos poderiam estar contribuindo de diversas formas com o desenvolvimento das ações extensionistas na área, principalmente com a disponibilização de recursos humanos, materiais e até financeiros. O que seria uma maneira de dar uma contrapartida à população. Afinal de contas, além dos impostos em geral, essa também contribui com os tributos municipais, os quais poderiam ser reinvestidos por meio dessas atividades. E não apenas isto, mas o poder público deveria divulgar os projetos, de forma que a população pudesse ficar ciente das relações que esse firma com uma universidade que está localizada dentro do próprio município.

No que se refere a identificação de temas prioritários para o desenvolvimento de projetos ou programas de extensão universitária na linha ambiental, em parceria com o poder público local, verificou-se que os resíduos urbanos representam uma problemática que está mais em evidência no momento. Além dessa temática, foram citadas como urgentes: a arborização urbana, a questão agroecológica sustentável, o saneamento básico e a conservação das nascentes.

Orientador(a) do Projeto A: Eu não compreendo como que temos uma UFRB aqui dentro da cidade, com 3 ou 4 grupos que trabalham pesquisa sobre gestão de resíduos sólidos, e a Prefeitura gasta dinheiro contratando empresas externas para preparar o seu Plano de Gestão. Isso é surreal. Então, nem a Universidade está conseguindo se impor e, me parece, que nem a Prefeitura está muito disposta a nos ouvir, embora exista afinidades políticas e ideológicas, até

partidárias. Então, isso não é só um exemplo de Cruz das Almas, mas de todas as Prefeituras da região que padecem do mesmo problema. Me assusta, por exemplo, o aspecto de arborização urbana. Aqui, não existe um sistema de poda de árvore, existe mutilação de árvore. Quando você vai no Recôncavo inteiro, você vê que nenhuma Secretaria tem uma Política Municipal de Educação Ambiental, correto?

Orientador(a) do Projeto B: Aqui não tem nenhuma ação da Prefeitura em relação à reciclagem de lixo. Então, todo mundo descarta o lixo da forma que quer, na hora que quer. E isso a Prefeitura tem que passar à frente, porque já era pra ter terminado a questão dos lixões, só que o Governo Federal achou que tem que ampliar, então ampliou o prazo pra mais 10 anos. Então, não tem que ter mais lixão, só aterro sanitário. Mas, aqui em Cruz das Almas ainda não despertaram, porque o lixo é problema. Eu acho que tem muita coisa que a gente pode fazer. A Prefeitura deveria reverter recursos para essa questão.

Bolsista do Projeto B: Alguns temas que gostaria de citar são: as relações etno-botânicas e as novas perspectivas da aproximação da sociedade com a natureza [...]; a agricultura ecológica versus agricultura convencional, desmistificando os modos de sobrevivência na roça a partir da Agroecologia e seus sistemas dinâmicos; e recuperação de áreas degradadas e corpos hídricos utilizando a restauração produtiva, construindo soberania alimentar.

Orientador(a) do Projeto C: Um tema é o saneamento básico, principalmente no cenário atual, no qual existe aí uma força política que não oferece mais os recursos que estavam praticamente aprovados para a questão do saneamento. Ainda no cenário nacional, a questão do saneamento é uma questão muito urgente, né? Olhando para o Brasil, tem uma carência muito grande de saneamento. Esse tema está diretamente relacionado às outras áreas, como, por exemplo, a saúde e até a própria educação.

Bolsista do Projeto C: Alguns temas seriam de suma relevância para a sociedade, como, por exemplo, algum programa que amparasse as questões do meio ambiente: identificação e manutenção de todas as nascentes existentes na cidade, recuperação dos afluentes. A Secretaria de Meio Ambiente do município de Cruz das Almas deveria buscar parceria junto à UFRB, já que a Universidade dispõe de pesquisadores e profissionais da área, bem como buscar uma parceria que viesse a contribuir para sanar os impactos causados pelo lixão do município, atrelado a um estudo mais apurado para apresentar algumas alternativas de criar outro meio de destinação dos resíduos sólidos produzidos pela cidade.

Orientador(a) do Programa D: Eu acho que uma coisa muito necessária, que também está dentro da minha área de trabalho, é a gestão dos resíduos. A gente vê muitos problemas com a gestão dos resíduos da construção civil. Poderíamos trabalhar de alguma maneira nisso, por exemplo, ensinando os

pequenos geradores a fazer a sua própria construção, e os pedreiros, como deveriam gerenciar os resíduos, como poderiam aproveitar esses resíduos da construção civil, porque a gente vê muito entulho espalhado na rua. Então, eu acho que esse era um trabalho que a gente deveria desenvolver. E outro ponto também é em relação aos resíduos da feira livre. Seria interessante que os feirantes soubessem gerenciar os seus resíduos, como aproveitar esse material para tirar aquela sujeira da rua. Acho que o trabalho poderia contribuir muito e até desonerar a Prefeitura desses custos. Só que, pra Prefeitura se desonerar futuramente desses custos, é preciso que ela invista um pouco agora.

As informações dos indivíduos da pesquisa indicam possíveis caminhos pelos quais o poder público local poderá percorrer para incluir algumas temáticas na gestão ambiental. Para tanto, recomenda-se que algumas políticas públicas nesta seara sejam incorporadas às ações das Prefeituras Municipais, a exemplo da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010); Política Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/ 2007); Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei nº 9.433/1997); Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999) dentre outras.

A partir das discussões tecidas até aqui, cumpre informar que ainda existe uma grande dificuldade de trazer as Prefeituras do Recôncavo da Bahia para apontar, pensar e demandar os seus problemas para a Universidade. Os vários grupos de pesquisa, ensino e extensão formados na UFRB poderiam estar contribuindo significativamente para a resolução das problemáticas enfrentadas pelos municípios, mas parece existir um boqueio para o surgimento de uma ação colaborativa. Em outro viés, também cabe refletir sobre a atuação da UFRB nos municípios em que ocorreram as atividades do PIBEX, ou seja, como a instituição é interpretada fora de seus muros e qual a visão que o poder público tem a respeito das suas funções. Sobre isso, discutira-se no próximo subtópico.

## **Poder Público local e a questão ambiental: um olhar a partir dos projetos e programas de extensão universitária na área de meio ambiente da UFRB**

No decorrer da pesquisa, foi proposta a realização de entrevistas com os(as) gestores(as) do poder público lotados(as) nas Secretarias dos municípios em que os projetos de extensão universitária foram executados, e, conseqüentemente, mantiveram algum tipo de articulação nesses órgãos. Por conseguinte, foram entrevistados os(as) gestores(as) da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas, bem como o(a) gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação do

município de Maragogipe.

Quando questionados(as) sobre a existência de iniciativas de ações de desenvolvimento ambiental, os sujeitos da pesquisa citaram diversos projetos em que os municípios têm se apoiado, através das Secretarias Municipais, que tratam especificamente dessa matéria.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Cruz das Almas: As principais iniciativas são arborização urbana e rural em parceria com a comunidade local, no sentido dos moradores demandarem a plantação de árvores nos bairros, e, posteriormente, cuidar das mudas para que elas possam crescer saudáveis; projeto de combate à poluição sonora; o projeto de valorização dos catadores de materiais recicláveis, principalmente no cadastramento desses profissionais para atuarem nos períodos festivos do município; coleta de pneus de veículos automotores, no sentido de retirar esse material do meio ambiente, encaminhando para reciclagem; e projetos pontuais de educação ambiental nas escolas públicas e privadas, nas quais a Secretaria atua organizando visitas destas escolas a algumas áreas protegidas que existem no município, bem como conscientizando o corpo escolar sobre a importância da preservação ambiental.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas: Tem o Programa Semear, que tem como finalidade educar ambientalmente todos os alunos das escolas localizadas nas áreas rurais sobre a problemática ambiental da atualidade no espaço rural, respaldado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e enfatizando, em suas atividades, a plantação de hortaliças para a merenda escolar. Outra ação acontece durante a Jornada Pedagógica de Educação, evento que acontece sempre no início do ano letivo, reunindo todo o corpo docente da rede pública de ensino escolar. Nessa ocasião, os diretores são informados sobre o calendário ambiental e são instruídos a colocarem em prática diversas atividades neste sentido com os alunos.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Maragogipe: A gente possui uma gama de projetos na área de meio ambiente em todas as escolas da rede pública do município. Essas ações envolvem o trabalho com diversos temas: horta escolar, arborização, resíduos sólidos, manejo do solo, uso racional da água, dentre outros. Antes disso, realizamos cursos, oficinas e palestras com todos os professores e coordenadores das escolas, e, no final do ano letivo, todo o corpo docente, juntamente com os gestores da Secretaria, fazem um balanço sobre os resultados alcançados e as dificuldades enfrentadas no desenvolvimento das ações realizadas durante o ano. A responsabilidade pela capacitação desses agentes cabe à equipe do Departamento de Ensino, lotada nessa própria Secretaria, a qual participa de diversos outros eventos no Estado para assumir a missão de compartilhar o ensinamentos.

As respostas demonstram o empenho destes sujeitos perante a perspec-

tiva ambiental, fato que pode ser notado tanto na quantidade de projetos e ações citadas quanto na forma em que ocorre a realização desses. Identifica-se ainda nas falas os espaços em que as ações acontecem: nos bairros, nas escolas e, nos municípios, durante os eventos anuais. Tais espaços possibilitam que as Secretarias apareçam em determinados cenários como responsáveis pelas ações de desenvolvimento local.

Ficou evidente, no decorrer da entrevista, que existe uma relação entre as ações das Secretarias e a comunidade beneficiada (sem a presença de parcerias institucionais), o que não deixa de ser essencial, entendendo que o ser humano é a parte mais interessada quando se trata da questão ambiental. Para Fernandes et al. (2014), é certo que, para se ter uma boa qualidade de vida, o meio ambiente tem que estar em equilíbrio, e o reconhecimento da necessidade desse equilíbrio é pressuposto para que se possa efetivamente garantir a proteção da personalidade humana. Ao preservar esse bem, gera-se uma forma de oferecer às futuras gerações uma qualidade ambiental melhor e o cumprimento do princípio da igualdade, no qual todos poderão ter acesso aos recursos naturais em sua totalidade. Dentre os princípios constitucionais, o relacionado à vida humana ganha destaque, já que um dos requisitos mínimos para se viver com dignidade é estar em um meio ambiente saudável. Evidentemente, a preocupação com a preservação da natureza existe em função dos sujeitos humanos, para que eles possam viver melhor e com saúde.

Naquela oportunidade, os(as) gestores(as) foram questionados sobre a existência de alguma atuação conjunta entre as Secretarias das Prefeituras Municipais para o desenvolvimento das atividades ambientais. Somente a Secretaria Municipal de Educação do município de Maragogipe faz essas articulações; já os(as) gestores(as) lotados(as) nas duas Secretarias de Cruz das Almas apontaram que cada órgão desenvolve a sua ação de forma individual, alegando que possuem departamentos próprios para tanto.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Maragogipe: A gente tem articulação com várias Secretarias aqui do município. Por exemplo, quando a gente precisa de transporte para fazer os projetos nas escolas, a Secretaria de Transporte nos ajuda; [...] quando é algo ligado ao meio ambiente, a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente também se dispõe a ajudar com pessoal e algum material [...]. Assim, a Secretaria de Meio Ambiente articula a gente quando tem visitas das escolas nestes lugares. Enfim, a gente não tem dificuldade de relacionamento aqui não, porque a gente se une bem.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Cruz das Almas: As nossas ações são próprias da Secretaria, porque a gente tem um Departamento de Meio Ambiente que cuida somente disso.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas: A gente faz os projetos de meio ambiente sozinhos. Aqui tem um Departamento. Infelizmente

existe uma disputa política, porque os partidos dos secretários são diferentes, o que dificulta o desenvolvimento das coisas, mas se viesse algo de fora seria uma coisa mais fácil da gente alcançar. A gente hoje trabalha para uma política de Governo construída por uma pessoa, que é o prefeito, e a gente tem vários secretários que trabalham dentro dessa política. Só que cada secretário quer fazer o seu aparecer, quer trabalhar do seu jeito.

Os depoimentos expostos condizem com a abordagem revelada no momento das entrevistas com os(as) orientadores(as) dos projetos e programa de extensão do PIBEX, levando a deduzir que, provavelmente, a forma de trabalho das Secretarias, que não buscam apoio entre si, é baseada num modelo administrativo-burocrático, caracterizado pela divisão de responsabilidades, especialização do trabalho e relações impessoais. A própria disputa política entre os partidos inviabiliza o relacionamento entre os órgãos e impossibilita o desenvolvimento de atuações comuns em prol do meio ambiente.

Também foi possível identificar que existe a descontinuidade dos trabalhos no momento em que há as transições da gestão pública municipal, fazendo com que a nova gestão tenha que se reorganizar novamente e pensar uma nova maneira de desenvolver o seu plano de trabalho. Vale destacar que em todos esses órgãos existe mudanças em relação ao quadro de funcionários, devido às últimas eleições que acabaram empossando novas associações político-partidárias, sendo que a maioria desses profissionais não são concursados.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Cruz das Almas: Os primeiros anos de atuação foram muito difíceis, porque a gente encontrou muita desorganização, principalmente em relação à inexistência de projetos anteriores na linha ambiental. Tanto que foram aproximadamente nove meses para que a nova equipe pudesse se organizar e colocar em prática os seu plano de trabalho. Dessa organização, surgiu um Departamento de Meio Ambiente com a responsabilidade da criação e desenvolvimento de ações ambientais dentro deste município.

Na concepção de Silva (2013), o grande desafio da gestão pública é justamente transformar estas estruturas administrativo-burocráticas em estruturas flexíveis e empreendedoras. Para o autor, é preciso que os gestores estejam capacitados, adotem padrões e ferramentas de gestão mais inovadoras, como o planejamento estratégico. O que significa uma busca por eficiência e melhoria na qualidade do serviço público prestado à população. É evidente que a importância do planejamento estratégico é reforçada pela necessidade das administrações públicas se desenvolverem nos períodos de turbulência, transição, incertezas e aproveitamento de novas oportunidades.

Diagnosticou-se que, dentre as três Secretarias visitadas, em duas delas foram apresentados projetos de extensão universitária na área de meio ambiente da UFRB, porém, esses ainda não foram executados. Por diversas vezes,

a pesquisadora buscou respostas quanto à relação entre o poder público local e a Universidade perante as ações extensionistas mas, não foi possível identificá-las, porque os gestores não tinham nenhum conhecimento a respeito. Os sujeitos não conhecem contribuições por parte da esfera pública em prol desses projetos, tampouco sobre os resultados e as dificuldades oriundas de uma possível relação. Além disso, ninguém soube informar de qual programa da UFRB partiram tais projetos. Surpreendentemente, apenas um(a) gestor(a) apresentou plenos conhecimentos acerca do PIBEX, porque havia feito um curso de doutoramento há alguns anos atrás na Universidade.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Cruz das Almas: Foi apresentado, nesse ano, a essa Secretaria, um projeto de extensão universitária sobre compostagem de resíduos orgânicos com os agricultores da feira livre municipal, o qual foi escrito por um ex-aluno e um professor do quadro efetivo desta instituição, da UFRB.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Cruz Das Almas: A gente teve uma visita de uma professora do curso de Engenharia Sanitária e Ambiental da UFRB pra apresentar um projeto de extensão universitária, pra desenvolver nas escolas do município. Ela quer fazer o controle do consumo de água e propor alguma tecnologia para captar água da chuva em algumas escolas.

Com base no que foi falado, é possível observar que há conhecimentos rasos sobre os objetivos, as justificativas e as finalidades dos projetos de extensão apresentados às Secretarias. Embora os(as) orientadores(as) desses projetos tenham se deslocado até os órgãos públicos para apresentá-los, fica evidente que existe apenas informações superficiais sobre eles.

Também cabe salientar que, até o momento das entrevistas, nenhum(a) orientador(a) tinha comparecido às Secretarias para dar prosseguimento às possíveis articulações, e nem os(as) gestores(as) tinham os(as) procurado para estabelecer essa relação. Em virtude disso, alguns depoimentos revelam uma espécie de "insatisfação" por parte dos(as) gestores(as), pois, de acordo com eles(as), existe um distanciamento muito grande entre a UFRB com as políticas públicas do poder público local.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Cruz das Almas: A gente sabe que tem muito projeto de pesquisa, de ensino e de extensão que são realizados no município pelos professores da UFRB, porém, as ações não são dialogadas com a Secretaria, pois ficam restritas apenas dentro da própria Universidade.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas: Cruz das Almas é conhecida como uma cidade universitária, mas parece que a gente não



tem uma interlocução entre ambas as partes. Parece que o mundo da UFRB é um mundo, e o do município é uma coisa que não faz parte da UFRB. A UFRB parece que é um município isolado dentro de Cruz das Almas.

Os depoimentos deixam transparecer que a principal responsável por esse distanciamento é a própria instituição de ensino, que mesmo apresentando dois Centros de Ensino dentro do município, parece estar trabalhando completamente isolada das políticas públicas locais. De certo modo, pela análise obtida na Pró-Reitoria de Extensão, encontrou-se apenas dois projetos na área ambiental que mantiveram relações de parcerias com as políticas públicas do poder público local, sendo que os mesmos foram executados no ano de 2010, ou seja, parece realmente que existe uma resistência dos(as) orientadores(as) das propostas em buscar algum contato com as instâncias públicas. Sabe-se, por exemplo, que muitas ações da Universidade, incluindo projetos, programas e até mesmos trabalhos de conclusões de cursos de graduação e pós-graduação, são realizadas em diversos municípios do Recôncavo, porém, nem todas são comunicadas aos órgãos municipais competentes, tampouco busca-se uma autorização para isto. Ainda assim, os resultados dessas ações, na maioria dos casos, não são compartilhados com as instâncias governamentais, considerando que o compartilhamento poderia estar servindo de contribuição para alguma questão prioritária do município.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas: Aqui aparece alguns professores e alunos para solicitar estágios nas escolas, principalmente dos cursos de licenciatura da UFRB, mas quando eles encerram, com relação aos resultados, isso é uma coisa que deixa muito à desejar, porque as pessoas vem até a gente, e, na maior parte das vezes, no final do trabalho, não existe o compromisso de trazer os resultados. É uma coisa que é falha, porque deveria haver essa consciência dos alunos de entregar para gente um trabalho contendo os resultados.

As revelações contadas pelas pessoas entrevistadas leva a indagar sobre o verdadeiro papel que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem exercer perante a sociedade, sendo que muitas vezes ela é vista com olhares distante da realidade local. Assim, é relevante que se levante a seguinte questão para dar prosseguimento a essa análise: de que maneira a função atribuída à universidade pode contribuir para o desenvolvimento local?

Lopes (2003) esclarece que as universidades públicas são organizações sem fins lucrativos, mas que geram diversos serviços, inclusive muitos não observáveis, como é o caso do crescimento econômico e o resgate cultural e local. Tal afirmação, demonstra o grau de relevância da universidade no que se refere ao desenvolvimento local, o que, muitas vezes, é colocado no discurso neoliberal, que sugere sua privatização como alternativa para a superação dos problemas observáveis nela.

A atribuição da universidade na condição de parceira de políticas públicas e de desenvolvimento local volta-se para a sua própria característica de extensão do Estado, uma vez que, como afirma Santos (2010), órgãos públicos são criados para desempenhar as funções do Estado, ou seja, faz parte da sua estrutura, motivo pelo qual não apresenta personalidade jurídica própria, visto que não são considerados pessoas, por constituírem-se como parte integrante do próprio Estado.

No mais, a ideia de se conceber a universidade como fonte de desenvolvimento local depende muito de ações internas e externas a ela. Internamente, tem-se a luta da comunidade acadêmica que busca melhorias para a instituição e que preza, acima de tudo, pela função social do bem servir dessa. Externamente, os projetos de extensão são apresentados como mecanismos que podem colaborar socialmente e interferir na economia, na mudança socioambiental, no desenvolvimento de novas tecnologias, na construção conjunta de conhecimento e no desenvolvimento das localidades dentro do contexto universitário (SANTOS, 2010). Assim, através de seu tripé de atuação, a universidade realiza sua função social, aumentando as possibilidades de desenvolvimento local. "A instituição social aspira à universalidade [...] Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa" (CHAUI, 2003, p. 6).

As possibilidades de articulação entre o poder público local e a UFRB, através dos projetos e programas de extensão universitária, na área de meio ambiente, foram consideradas pelos(as) gestores(as) como um alicerce contributivo para o desenvolvimento local do município.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Cruz das Almas: Essa parceria UFRB e poder público local possibilita a gente ampliar as nossas ações no município. Até com a experiência dos professores e alunos da Universidade com os trabalhos que eles fazem, e essa troca com o campo, com as pessoas. E além disso, o conhecimento é bem-vindo. A comunidade precisa acessar o conhecimento. Todo conhecimento que parte da academia, porque essa seria a lógica – de as pessoas acessarem esse conhecimento. Isso é fundamental para que o município dê um salto qualitativo.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas: Como a gente tem muitos doutores, muita gente com expertise e conhecimento concentrado na UFRB, a gente precisa estreitar esses laços, a gente precisa começar a conversar com vocês e vocês com a gente. A gente precisa fazer esse intercâmbio de conhecimento. E, para isso, a gente tem que fortalecer esses projetos. Seria uma forma desses professores da UFRB estarem capacitando nossos professores e trazendo alguma tecnologia nova e, de repente, abrir novas portas para que realmente esses projetos aconteçam aqui nas escolas.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Maragogipe: Essa parceria, eu acho importante, no sentido de expandir as ações e tornar conhecida não

somente a Secretaria mas também a própria Universidade. Todo conhecimento acadêmico e a troca de diálogo entre as pessoas envolvidas em qualquer que seja a ação ambiental é bem vindo aqui na cidade.

Como se pode ver, os(as) entrevistados(as) acreditam que as relações de parceria entre as Secretarias e a UFRB podem trazer algum tipo de benefício para o município e, conseqüentemente, para a população, levando em consideração que a instituição apresenta um quadro de professores que poderiam estar interagindo com a comunidade através de seus projetos de extensão. Inclusive, a pesquisadora foi informada, durante a pesquisa de campo, que, tanto na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente quanto na Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas, alguns estágios com alunos de graduação da UFRB já foram concluídos e ainda existem estudantes de diversos cursos estagiando nos próprios órgãos e na rede pública de ensino escolar. Isso demonstra um passo importante na busca do diálogo entre ambas as partes.

Os(as) gestores(as) também foram perguntados(as) se teriam interesse em citar temas que considerem prioritários no campo ambiental, e de que maneira poderiam estar contribuindo com os projetos e programas de extensão universitária (apoio logístico, humano, financeiro, dentre outros), caso esses fossem executados no município. Observou-se que a maioria dos temas levantados são semelhantes àqueles trazidos pelos(as) orientadores(as) e bolsistas do PIBEX, e que vão ao encontro com o que as próprias Secretarias já buscam abordar no âmbito de suas ações com a população.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Cruz das Almas: A questão hídrica, porque nós estamos vivendo um momento difícil com essa questão do acesso à água, da produção da água. Esse é um tema que nós temos bastante interesse em tratar com a Universidade, porque aí entra recuperação de nascentes, entra reflorestamento e entra outras questões. E a outra questão são os resíduos sólidos. Ampliar mais ainda esse debate dentro da Universidade, construir estratégias pra gente tratar disso também e garantir que a sociedade acesse aquilo que está sendo produzido na academia, que é o conhecimento. Tem a questão da terra, mas não só o uso e o manejo do solo, mas a questão agrária, que mesmo aqui, tendo um Centro de Ciências Agrárias, nós não discutimos as questões agrárias, nós só discutimos a questão do solo. Nós queremos discutir questões que são importantes ferramentas e que vai ajudar o trabalhador do campo a compreender o seu espaço local, de cultura, de vivência. Eu quero dizer aqui que nós não estamos fechados para a UFRB, a gente quer contribuir com o que for necessário para esses projetos, com logística, material e o próprio pessoal daqui também está aberto a colaborar.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Cruz das Almas: A gente tem várias questões urgentes aqui no município. A gente tem a questão do esgoto, da coleta de lixo e do reflorestamento. Acredito que a parceria através da abertura de estágios dos estudantes da UFRB seria o principal apoio.

Gestor(a) da Secretaria Municipal de Educação de Maragogipe: Pela característica do município, a principal abordagem é sobre o manguezal. Os estudantes da Universidade poderiam estagiar aqui nas escolas e ajudar a gente a construir projetos nessa área.

A possibilidade de apoio econômico, recursos humanos, materiais e logísticos, além de novas aberturas de estágio, foram citadas pelos(as) gestores(as). Mas, por outro lado, a questão financeira foi apontada pelos(as) orientadores(as) como sendo uma das grandes dificuldades no momento da abordagem do tema com poder público. Acredita-se que os órgãos municipais poderiam contribuir com essa lacuna através da estruturação da gestão ambiental local, o que inclui o fortalecimento dos Conselhos Municipais e a criação de Fundos Especiais de Meio Ambiente. Considerando que o PIBEX concede apenas bolsas para os estudantes de graduação e não para viabilidade financeira dos projetos e programas.

Verificou-se que os municípios envolvidos na pesquisa ainda não formularam as suas Políticas Municipais de Meio Ambiente e nem de Educação Ambiental. Esses atuam apenas com os Departamentos e os Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de Educação. Porém, tais organismos não conseguem dar conta de todas as abordagens que envolvem o meio ambiente, além disso, o modo de funcionamento mostra-se pouco efetivo.

Por fim, entende-se que a boa relação entre o poder público municipal e a UFRB depende da força de vontade dos dois lados em querer trabalhar em conjunto. Unir esforços nesse cenário significa o abandono do individualismo, da burocracia exacerbada, do sentimento de poder (que está ligado ao ego) e de todas as problemáticas que impossibilitam a aproximação dessas entidades. É preciso inovar para se chegar junto ao objetivo comum que, neste caso, trata-se da questão ambiental. Para tanto, os laços precisam ser firmados para se alcançar as finalidades almejadas. O PIBEX, por meio das atividades de extensão universitária, aparece como um elo para se tentar firmar os vínculos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho investigou os fatores limitantes e potencializadores das relações entre a UFRB e os órgãos do poder público local no âmbito dos projetos e programas de extensão universitária na área ambiental do PIBEX realizados nos últimos oito anos. Em virtude da sua inclusão no seio de políticas públicas educacionais, o PIBEX aparece no cenário da Universidade como uma estratégia institucional de formação dos extensionistas, conforme consta nas resoluções desse Programa.

Considerando os depoimentos relatados na pesquisa de campo, foi identificado que a relação entre o poder público local e a UFRB, através dos projetos e programa de extensão universitária na área de Meio Ambiente do PIBEX, tem

os seguintes fatores potencializadores:

- É pensada, sobretudo, para subsidiar com recursos materiais, humanos, logísticos ou financeiros os projetos e programas de extensão, já que o PIBEX possibilita apenas aporte com bolsa pecuniária ao estudante de graduação;
- Possibilita a visibilidade pela comunidade não apenas da Universidade mas também do poder público, especialmente quando trabalham coletivamente em face do meio ambiente;
- Contribui para o tratamento de alguma questão ambiental pouco trabalhada no município, além de incluir a comunidade em atividades que visam o desenvolvimento local;
- Favorece o fazer extensionista, entendendo que esta relação abre caminhos para que a comunidade acadêmica (orientadores(as) e bolsistas) aja como protagonista seja no diálogo com os(as) gestores(as) das administrações locais, seja com a comunidade integrante das ações para resolução de problemas a partir da realidade local;
- Facilita a entrada e o trabalho da equipe dos projetos e programas de extensão na comunidade local.

E como elementos limitantes da relação entre o poder público local e a UFRB, através dos projetos e programa de extensão universitária na área de Meio Ambiente do PIBEX, tem-se:

- A iniciativa para requerer articulações parte sempre dos(as) orientadores(as) e bolsistas do PIBEX para com os(as) gestores(as) do poder público local, mas o contrário dificilmente acontece;
- Há resistência por parte dos(as) orientadores(as) em solicitar ou firmar vínculos com a esfera pública local, em decorrência dos inúmeros entraves que inviabilizam os projetos e programas, reforçando ainda mais o distanciamento entre universidade e poder público local;
- Existe a ausência de comprometimento por parte do poder público local, por conta da desorganização, inclusão de outras prioridades à frente das atividades de extensão e descontinuidade de apoio (material, humano, logístico e financeiro) pelas Secretarias das Prefeituras Municipais, incluindo nesse cenário a transição da gestão municipal que, muitas vezes, impossibilita que ações anteriormente apoiadas sejam levadas adiante;
- Ocorre distanciamento do poder público local quando é requerido apoios financeiros para os planos de trabalho das atividades de extensão;
- Nota-se a presença de entendimentos superficiais pelos(as) gestores(as) a respeito dos projetos e programas de extensão que serão implementados no município, principalmente quanto às verdadeiras finalidades e objetivos desses;
- Os resultados oriundos das ações extensionistas, realizadas no âmbito do município, nem sempre são compartilhados com os(as) gestores(as)

das Administrações Municipais.

Entende-se que os debates feitos neste trabalho se referem ao contexto da UFRB, mas que, no entanto, adentram em revelações e conceitos que podem ser extrapolados para a realidade brasileira, considerando as determinadas particularidades locais. Espera-se ainda que o poder público mostre-se sensível quanto às ações que contribuem para o desenvolvimento local do município, dando o apoio devido, quando solicitado.

As constatações e as informações conclusivas apresentadas aqui, no entanto, não assumem caráter definitivo, tendo em vista que a realidade está em constante transformação, e, deste modo, é importante que os debates acerca da extensão universitária continuem sendo realizados em novos estudos. Sobre essa possibilidade, tem-se como apontamento para a elaboração de trabalhos futuros: a criação de estratégias para integrar o PIBEX ao processo de curricularização em extensão universitária na UFRB, bem como a criação de alternativas de financiamento para o PIBEX, tendo como foco parcerias institucionais externas.

# REFERÊNCIAS

ÁVILA, R. D.; MALHEIROS, T. F. O Sistema Municipal de Meio Ambiente no Brasil: avanços e desafios. *Saúde e Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 3-47, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21s3/04.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CARVALHO, A. V. Educação ambiental no desenvolvimento sustentável municipal. *Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, v. 2, n. 1, p. 97-108, 2015. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/1609>>. Acesso em: 05 out. 2018.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, n. 24, p. 1-15, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FERNANDES, K. S.; MENEZES JÚNIOR, E. E.; BRITO, E. S. O papel dos municípios na gestão ambiental: ações protetivas e preventivas à sustentabilidade ambiental. *Boletim Jurídico*, v. 13, n. 1388, p. 1-14, 2014. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/4195/o-papel-municipios-gestao-ambiental-aco-es-protetivas-preventivas-sustentabilidade-ambiental>>. Acesso em: 2 jan. 2019.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.  
FRANÇA, R. G.; RUARO, É. C. R. Diagnóstico da disposição final dos resíduos sólidos urbanos na região da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), Santa Catarina. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 6, p. 2191-2197, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/26.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2018.

GUIMARÃES, S. S. M.; TOMAZELLO, M. G. C. A formação universitária para o ambiente: educação para a sustentabilidade. *Ambiente & Educação*, v. 7, n. 7, p. 55-71, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/viewFile/898/356>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

KLERING, L. R.; BERGUE, S. T.; SCHRÖEDER, C. S.; PORSSE, M. C. S.; STRANZ, E.; KRUEL, A. J. Competências, papéis e funções dos poderes municipais no contexto da administração pública contemporânea. *Análise*, v. 22, n. 1, p. 31-43, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/face/article/viewFile/9778/6701>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

LARA, P. T. R. Sustentabilidade em instituições de Ensino Superior. *Monografias Ambientais*, v. 7, n. 7, p. 1646-1656, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/5341/3308>>. Acesso em: 29 set. 2018.

LIMA, G. F. C. Crise ambiental, educação e cidadania. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P. (Org.). Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, R. P. M. Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2003.

OLIVEIRA, M. Universidade e sustentabilidade: proposta de diretrizes e ações para uma universidade ambientalmente sustentável. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Instituto de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

SANTIAGO, A. R. Extensão universitária: entre o pensar, experiência e o por fazer. In: SOUSA, A. J.; CARNEIRO, S. R. O.; ROCHA, V. O. (Org.). Extensão universitária na UFRB. Cruz das Almas: UFRB, 2017.

SANTOS, J. R. R. Universidade pública e desenvolvimento local: a presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) no bairro do Salobrinho em Ilhéus, Bahia, no período de 1991 a 2008. Ilhéus: Editus, 2013.

SANTOS, M. P. Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. Revista Conexão, v. 6, n. 1, p. 10-15, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/3731/2622>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SCHNEIDER, E. Gestão ambiental municipal: preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: UNIVATES, 2009.

SILVA, J. A. Educação ambiental: um estudo das contribuições do projeto de olho na água para a promoção do desenvolvimento local em Icapuí - CE. 2015. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2015.

SILVA, W. C.; MUCCI, C. B. M.; BAETA, O. V.; ARAÚJO, D. S. O planejamento estratégico na administração pública: um estudo multicaso. Revista de Ciências Humanas, v. 13, n. 1, p. 90-101, 2013. Disponível em: <<http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol13/artigo6vol13-1.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

UFRB, UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia 2010-2014. UFRB: Pró-Reitoria de Planejamento, 2009. 195 p.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão 2018. Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/proext/>>. Acesso em: 17 set. 2018.



----- Resolução nº 006/2016. Dispõe sobre o regulamento para o Programa Institucional de Bolsas de Extensão - PIBEX - na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). UFRB: CONAC, 2016. 11 p.

----- Resolução nº 038/2017. Dispõe sobre a aprovação das normas que disciplinam as ações de extensão universitária no âmbito da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). UFRB: CONAC, 2017. 22 p.

*Data de submissão: 17/06/2019*

*Data de aceite: 20/11/2019*